



POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA: *uma proposta para o brasil*

Relatório 4

Outubro 2023 | São Paulo - SP

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de políticas da Primeira Infância para o Partido Podemos, contribuindo para sua plataforma programática. Este documento é o quarto e conclusivo relatório.

O primeiro relatório apresentou o embasamento teórico existente que justifica a relevância das políticas da Primeira Infância. O segundo realizou um diagnóstico detalhado dos principais desafios para a implementação de políticas de Primeira Infância no Brasil. O terceiro relatório documentou casos bem-sucedidos de políticas voltadas a esta faixa etária no Brasil, para pensar em formas de disseminação de modelos que já estão vinculados ao contexto brasileiro.

Realizado todo esse percurso, cabe destacar que as políticas de Primeira Infância são centrais para um desenvolvimento mais justo e sustentável, em virtude das características da população brasileira em termos de vulnerabilidade e desigualdade. Trata-se, inequivocamente, de uma área muito promissora para um maior desenvolvimento de políticas públicas no país.

A vasta experiência dos países desenvolvidos mostra que políticas voltadas para a Primeira Infância têm tido êxito em melhorar efetivamente a qualidade de vida das crianças. Embora o argumento para políticas universais seja sempre

sedutor, por conta do seu caráter amplo e democrático, em geral, políticas focadas nas pessoas com mais vulnerabilidade tendem a ter resultados melhores do que aquelas de abrangência geral. Isto ocorre em geral porque conseguem identificar melhor e resolver com mais eficiência os problemas a serem enfrentados.

Além disso, a literatura mostra que a qualidade do programa é um fator fundamental para o seu sucesso, destacando-se especialmente capacidade de governança. Por fim, não se pode deixar de mencionar que mesmo em famílias mais abastadas do ponto de vista material, a ausência de condições socio-emotivas adequadas para o desenvolvimento é um grande empecilho. Deve ser também trabalhada dentro do conjunto de políticas desenhadas para a Primeira Infância.

Produz-se aqui a primeira proposição fundamental: **é preciso fortalecer o marco legal da Primeira Infância.**

No Brasil, a questão da Primeira Infância entrou recentemente na agenda das políticas públicas brasileiras com a criação do Marco Legal da Primeira Infância em 2016, por meio da Lei Federal no. 13.257/16. Antes disso, a preocupação com o assunto existia por meio de programas, destacando-se o Brasil Carinhoso. Criado em 2012 pelo governo federal, o programa colocou o tema da Primeira Infância como eixo estruturador de políticas públicas.

Do ponto de vista legal, desde a promulgação da Constituição de 1988, houve

avanços em vários aspectos da política de Primeira Infância por conta de melhorias setoriais expressivas nos campos da Saúde, da Educação e da Assistência Social. Não obstante, tais resultados decorreram de avanços produzidos sem um enfoque específico na Primeira Infância. Pela melhoria das políticas sociais, surgiram avanços relevantes nas condições de saúde das mulheres gestantes, na mortalidade infantil e materna, na cobertura vacinal, no acesso a creches e, sobretudo, na educação infantil.

Tais avanços, no entanto, não foram suficientes para mudar um quadro maior de pobreza e desigualdade que atinge milhões de brasileiros, afetando fortemente o presente e o futuro de crianças até os seis anos de idade. E nesse aspecto, vale destacar que a literatura científica é precisa sobre a relevância dos primeiros anos de vida para toda a trajetória de uma pessoa. Assim, as medidas realizadas nos últimos 30 anos estão muito aquém dos avanços realizados no mundo, especialmente, nos países desenvolvidos em que a Primeira Infância vem ganhando centralidade nas suas políticas públicas.

Além disso, nos últimos anos, a despeito da aprovação do marco legal em 2016, houve o dismantelamento de vários programas das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social no plano federal que afetavam positivamente crianças de até 06 anos de idade. Houve, assim, uma redução da velocidade da institucionalização da

política nacional de Primeira Infância de modo que as proposições da Lei Federal no. 13.257/16 estão, em sua maior parte, em estágio embrionário.

De toda forma, se houve retrocessos na política federal da Primeira Infância, em alguns governos subnacionais foram registrados avanços importantes. Neles, a construção de creches e unidades escolares, a formação dos profissionais da educação para trabalhar adequadamente com crianças desta idade, a criação de materiais didáticos adequados, a aproximação com as famílias e o desenvolvimento de apoio escolar para além do horário de ensino foram medidas que compuseram o leque das principais atividades bem-sucedidas no campo da Primeira Infância.

O quadro tradicional das políticas da Primeira Infância envolve essa combinação dos setores de Saúde, Assistência Social e Educação. Porém, além dessa tríade, também têm aparecido medidas mais inovadoras no campo da cultura e da participação infantil na definição de espaços públicos capazes de desenvolver as habilidades de crianças e de suas famílias. No Brasil, a experiência de Jundiaí é talvez a de maior destaque.

Tais políticas centrais para o sucesso do campo da Primeira Infância precisam de instrumentos e formas de governança que incentivem e potencializem políticas adequadas e inovadoras. Uma parte deste processo deriva da capacidade de dar centralidade à política da Primeira Infância na agenda governamental, o que depende

da disseminação da relevância dos assuntos para toda a sociedade, maior informação aos agentes públicos e burocratas, bem como da conquista dos principais líderes políticos. Nesse aspecto, é central a criação de Secretarias especializadas no tema dentro das estruturas de governo de forma a coordenar as políticas.

Os partidos políticos, no entanto, ainda não se atentaram para o impacto dessa agenda na vida das pessoas e para o futuro do Brasil. Trata-se, portanto, de algo de grande potencial para o Partido Podemos se destacar, tornando-se referência nacional.

Inequivocamente, a difusão das políticas de Primeira Infância num país continental, marcado pelas desigualdades territoriais, econômicas e sociais, necessita de um papel ativo do Governo Federal. Esse processo de coordenação federativa começou a ganhar corpo com o Programa Brasil Carinhoso, no Governo Dilma, mas teve seu maior impulso na Gestão Temer com a criação do Criança Feliz, ação responsável por dar uma nova centralidade ao tema na agenda maior do país. Além disso, o Criança Feliz teve um papel importante na indução de políticas para a Primeira Infância, sendo responsável pelo aparecimento das primeiras iniciativas em boa parte do território nacional.

O programa Criança Feliz foi um grande avanço. Infelizmente, foi duramente enfraquecido na Gestão Bolsonaro, inclusive com um menor nível de gasto público. Ainda assim, gerou importantes desdobramentos, pois, muitos governos subnacionais

aumentaram o nível de despesas próprias na Primeira Infância, pois passaram a considerar um tema essencial para sua agenda pública.

Nesse novo contexto, de enfraquecimento da ação federal na Primeira Infância, os governos estaduais ganharam um novo papel, coordenando e induzindo políticas municipais. Isto foi de vital importância, uma vez que a maioria das municipalidades tem baixas capacidades estatais de formulação e implementação de programas. Por conseguinte, os estados passaram a ser uma estrutura governamental estratégica para a disseminação e consolidação desse campo.

Não obstante, a intergovernamentalidade baseada no regime de colaboração estado-municípios ainda é muito pouco desenvolvida no país, tendo começado a dar seus primeiros passos, na maior parte do território nacional, neste último quadriênio. É preciso incentivar esse modelo de cooperação federativa para impulsionar a todos os governos locais as políticas de Primeira Infância.

O regime de colaboração federativo é a peça mais importante para a disseminação e construção de condições sólidas de implementação de políticas de Primeira Infância por todo o país. Não obstante, a difusão de boas práticas e o apoio aos governos subnacionais também podem ser fruto de parcerias com a sociedade civil, universidades e entidades sociais. Vários casos locais bem-sucedidos mostram como esse tipo de articulação é um instrumento

potencializador das políticas de Primeira Infância.

Este é a segunda proposição fundamental: **é preciso aprofundar os mecanismos de cooperação federativa para garantir o avanço das políticas de Primeira Infância por todo território nacional.**

Finalmente, cabe destacar que a peça-chave dentro de cada governo para o sucesso das políticas da Primeira Infância é a integração entre as áreas governamentais. Em geral, os governos subnacionais são muito fragmentados e descoordenados, o que dificulta o avanço de tais políticas. Mas, quando conseguem criar instrumentos de articulação transversal entre os setores, eles têm maiores chances de obter melhores resultados e mesmo inovar nas políticas de Primeira Infância.

Na verdade, coloca-se aqui um duplo desafio. De um lado, ter uma integração maior entre as Secretarias no topo do governo, articulando as prioridades e a formulação conjunta. Por outro lado, avançar na lógica de ação em prol da Primeira Infância envolve fazer com que a intersectorialidade se realize na ponta do sistema, sendo este o maior desafio para garantir às famílias e às crianças de 0 a 6 anos programas que protejam seus direitos de forma integral.

Apresentamos, assim, por fim, a terceira premissa fundamental: **a intersectorialidade é indispensável para a promoção do desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida da criança.**

Com base nestas três premissas,

apresentamos uma série de proposta para a Primeira Infância no Brasil. Os argumentos da proposta se alicerçam nos elementos apresentados nos três relatórios anteriores. Procuramos assim construir um mapa de soluções e estratégias de reforma, levando em conta as dimensões política e legislativa, a econômico-financeira e a administrativa. Definimos, por conseguinte, de modo implícito, um modelo de gestão intersectorial e federativo para as políticas de Primeira Infância. Para isso, apresentamos as propostas divididas entre governo federal e estadual.

Propostas - Governo Federal

É preciso criar uma **política nacional integrada para a Primeira Infância**, visando implementar uma governança nacional que assegure a articulação das ações entre Ministérios e entre entes federativos.

Para isso, recomenda-se a criação de uma Secretaria Nacional da Primeira Infância (SNAPI) com caráter intersectorial, para:

- Promover políticas públicas baseadas em evidências em todo território nacional;
- Dar força e articular as ações de outros Ministérios voltados à Primeira Infância;
- Apoiar e induzir políticas de Primeira Infância nos estados e municípios.

O ideal é que a SNAPI esteja ligada

diretamente ao Gabinete da Casa Civil de modo a possuir maior força política para coordenar as diversas ações necessárias para a Primeira Infância a serem realizadas por diferentes estruturas e níveis de governo.

À luz das comissões tripartite do Sistema Único de Saúde, recomenda-se a criação de um Comitê Nacional da Primeira Infância, visando fortalecer a interação federativa. O Comitê deve ser composto por integrantes dos diversos entes subnacionais, responsáveis pelas suas respectivas políticas para Primeira Infância. É fundamental a inclusão dos órgãos de controle, seja o Ministério Público ou os Tribunais de Contas. O papel do Comitê será articular as políticas públicas baseadas em evidência, discutir as formas de cooperação, além garantir uma maior equidade.

Paralelamente, sugere-se também a criação de um Comitê Intersetorial da Primeira Infância. Este Comitê ficaria responsável pelo planejamento e articulação das ações setoriais, ou seja, dentro do próprio governo federal. O grupo seria composto por representantes de diversos setores do governo (por exemplo, Ministérios da Educação e Saúde), além de representantes da sociedade civil e academia.

Em termos de Políticas e Programas, sugere-se criar e fortalecer políticas nacionais prioritárias relacionadas à Primeira Infância e avançar na articulação entre elas (intersectorialidade). Os eixos principais seriam:

Ensino: Instituir uma Política Nacional de Educação Infantil, capitaneada pelo Ministério da Educação, para apoiar a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade das creches e pré-escolas. A política nacional deve incluir:

- A criação programa de apoio à expansão e qualificação da Educação Infantil, incentivando a colaboração entre estados e municípios;
- A instituição de um núcleo de boas práticas e experiências exitosas, buscando identificar casos de sucesso em todo território nacional e que sejam replicáveis regional ou nacionalmente;
- A realização de levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos nos municípios com o apoio do IBGE. E, a partir dela, a elaboração de planejamento da oferta, com metas de expansão do atendimento;
- O mapeamento das crianças de 4 e 5 anos que ainda não estão frequentando a escola, seguido da promoção de busca ativa.
- A elaboração e implementação de um plano de ações voltado a aprimorar a qualidade do serviço oferecido nas creches e pré-escolas, tendo como norte a implementação da Base Nacional Comum Curricular.
- A instituição de mecanismo de financiamento complementar ao Fundeb para apoiar os municípios na garantia do atendimento em creches de qualidade para crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Saúde: Fortalecer as ações do Ministério

da Saúde, buscando a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc). Devem ser linhas de atuação na saúde:

- O auxílio técnico e financeiro aos governos subnacionais no processo de implementação de atenção integral à saúde da criança.
- A promoção de capacitação especializada aos profissionais de saúde, por meio da formação e da educação permanente, preparando-os para lidar com as especificidades da atenção integral na Primeira Infância;
- Aperfeiçoar as estratégias de imunização;
- Monitorar e avaliar os indicadores e as metas nacionais relativas à saúde da criança;
- A instituição de um núcleo de boas práticas e experiências exitosas, buscando identificar casos de sucesso em todo território nacional, replicáveis.

Assistência social: Fortalecer ações de apoio às famílias, via amplo programa de transferência de renda e apoio à parentalidade. São ações necessárias:

- Criar programa de transferência de renda para famílias com crianças na Primeira Infância.
- Fortalecer a atenção à Primeira Infância no Suas (Sistema Único de Assistência Social) e nos serviços e programas de fortalecimento da parentalidade, fortalecimento de vínculos e promoção do desenvolvimento infantil nos Cras (Centro de Referência

da Assistência Social).

- Expandir e qualificar a visitação domiciliar às famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Monitoramento: Implementar nos órgãos de estatística e de controle interno, sistemas de coletas de dados para acompanhamento das políticas e sua avaliação (Ex. IBGE, INEP e CGU). São iniciativas necessárias:

- Elaborar uma estratégia para a coleta dos dados necessários sobre a população na Primeira Infância em todo o país, permitindo com isso o acompanhamento da evolução das metas traçadas. É fundamental reservar recursos orçamentários para essa iniciativa;
- Criar uma estratégia de monitoramento de ações voltadas para a Primeira Infância, com a participação do sistema de controle.

Garantir o sucesso das políticas para Primeira Infância passa por ter uma abordagem intersetorial eficiente e eficaz. É imprescindível desenvolver estratégias e protocolos para a intersetorialidade em todas as ações prioritárias. Estas políticas devem ser criadas com horizonte de prazo estabelecido, previsão orçamentária real, metas a serem acompanhadas pelo governo e pela sociedade.

Os órgãos de estatística, tais como IBGE e INEP, tem papel fundamental para gerar os dados necessários para o acompanhamento das políticas e para a sua avaliação (ex.

universalização do ensino infantil). Esta função também cabe à Controladoria Geral da União que deve, além de fiscalizar o bom uso dos recursos públicos envolvidos, auxiliar no processo de execução do gasto público.

Por fim, para garantir o sucesso destas políticas para a Primeira Infância é fundamental criar e fortalecer aspectos importantes para viabilizar e impulsionar a Política Nacional. Destacamos as seguintes dimensões.

Orçamento: instituir mudanças na elaboração dos orçamentos públicos e no decorrer da execução orçamentária, aumentando a vinculação de recursos para gastos relacionados à Primeira Infância.

Integração de dados: criação de Sistema Informatizado da Primeira Infância, integrando bancos de dados de diversas áreas da administração pública. A participação dos órgãos de estatística e controle é fundamental (Ex. IBGE, INEP, TCU e CGU).

Resultados: premiar bons resultados com aumento de receitas para aplicação adicional em programas de Primeira Infância.

Resiliência: identificar e oferecer soluções para governos municipais, cujas políticas para Primeira Infância não tem registrado êxito ou estão localizados em áreas de alta vulnerabilidade.

É preciso criar uma **política estadual integrada para a Primeira Infância**, visando com isso criar uma governança estadual que assegure a articulação das ações entre Secretarias e entre os municípios. É fundamental que estados e municípios trabalhem de forma integrada.

Para isso, recomenda-se a criação de um órgão vinculado à Secretaria de Governo, responsável pelas políticas de Primeira Infância, de modo a:

- Dar força e articular as ações de outras Secretarias de Estado voltadas à Primeira Infância;
- Apoiar e induzir políticas de Primeira Infância nos municípios.

É importante que a secretaria seja ligada à Casa Civil, garantindo a priorização do tema na pauta do governo, além da força política necessária para todo o trabalho de articulação intersetorial e interfederativa que precisa ser desempenhado.

Seguindo as mesmas linhas traçadas para o plano federal, recomenda-se a criação de um Comitê Estadual da Primeira Infância, visando fortalecer a interação federativa. O Comitê deve ser composto por integrantes do governo estadual e prefeituras municipais, responsáveis pelas suas respectivas políticas para Primeira Infância. Devem também ser incluídos os órgãos de controle, quer o Ministério Público Estadual, quer o Tribunal de Contas do Estado.

O papel do Comitê é elaborar o

Propostas - Governo Estadual

planejamento e a articulação das ações setoriais do governo que envolvam o cuidado integral das crianças. Sua função é também garantir a implementação da Política Estadual Integrada, assessorando as prefeituras na criação e/ou fortalecimento de Comitês Municipais Intersetoriais.

Paralelamente, sugere-se também a criação de um Comitê Estadual Intersetorial da Primeira Infância. Este Comitê ficaria responsável pelo planejamento e articulação das ações setoriais, ou seja, dentro do próprio governo estadual o grupo seria composto por representantes de diversos setores do governo (por exemplo, Secretarias Estaduais da Educação e da Saúde), além de representantes da sociedade civil e academia.

Em termos de Políticas e Programas, sugere-se criar e implementar o Plano Estadual pela Primeira Infância, garantindo a articulação das ações de cada setor (intersetorialidade). Os eixos principais seriam:

Ensino: Instituir uma Política Estadual de Apoio à Educação Infantil, em regime de colaboração com municípios, para expandir e qualificar a oferta de creches e pré-escolas;

- Instituir programa de apoio à expansão e qualificação da Educação Infantil, a partir da criação de departamento, diretoria ou seção na Secretaria Estadual de Educação;
- Realização de levantamento da demanda por creche para a população

de até 3 anos nos municípios e, a partir dela, a elaboração de planejamento da oferta, com metas de expansão do atendimento;

- Melhoria da gestão da demanda por creches nos municípios, a partir de sistemas que permitam a unificação do controle de filas e o estabelecimento de parâmetros que priorizem o acesso;
- Mapeamento das crianças de 4 e 5 anos que ainda estão fora da pré-escola, seguido da promoção de busca ativa;
- Apoio na expansão de vagas em creches e pré-escolas, a partir de convênio com instituições sem fins lucrativos ou construção de novos Centros de Educação Infantil;
- Elaboração e implementação de um plano de ações voltadas a aprimorar a qualidade do serviço oferecido nas creches e pré-escolas, tendo como norte a implementação da Base Nacional Comum Curricular;
- Estabelecimento de protocolos de articulação entre os serviços das creches e pré-escolas e aqueles providos no âmbito de outras pastas, especialmente da Saúde e da Assistência Social;
- Oferta de formação continuada para professores e gestores da Educação Infantil, com o foco em garantir a implementação dos novos currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular;
- Inclusão da Educação Infantil no sistema estadual de avaliação, de modo a obter diagnóstico da qualidade das creches e pré-escolas para formulação e planejamento de ações de apoio aos municípios;
- Ampliação do financiamento da Educação Infantil.

Saúde: Coordenar e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc) nos municípios;

- Prestar assessoria técnica e financeira aos municípios no processo de gestão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas e ações da atenção integral à saúde da criança;

- Definir diretrizes de trabalho e protocolos de articulação direta entre os serviços de saúde do território e os serviços e programas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos sistemas educacionais locais;

- Garantir o acesso dos profissionais de saúde à capacitação especializada, por meio de educação permanente;

- Capacitar equipes da Atenção Básica, Estratégia Saúde da Família e, em especial, os Agentes Comunitários de Saúde;

- Estabelecer estratégias intersetoriais para o aumento das coberturas vacinais em crianças de 0 a 6 anos, focadas, sobretudo, em populações em situação de maior vulnerabilidade;

- Estabelecer estratégias para ampliar o número de consultas ao pré-natal e puericultura, focadas, sobretudo, em populações em situação de maior vulnerabilidade;

- Monitorar e avaliar os indicadores e as metas estaduais relativas à saúde da criança, estabelecidas no Plano Estadual pela Primeira Infância;

- Fortalecer a atuação do Comitê de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal e fazer uso das recomendações técnicas

emitidas pelo órgão na formulação de estratégias de redução da mortalidade por causas evitáveis;

- Implementar estratégias de indução para o fortalecimento da qualidade da atenção para a Primeira Infância e da vigilância do desenvolvimento infantil.

Assistência social: Fortalecer ações de apoio às famílias, via programa de transferência de renda e apoio à parentalidade.

- Instituir ou ampliar programa de transferência de renda com a meta de combater a fome, eliminar a pobreza e extrema pobreza infantil no estado. É importante que o programa esteja focado nas famílias com gestantes e crianças de 0 a 6 anos de idade, e que possuam renda familiar per capita abaixo da linha de extrema pobreza;

- Apoiar os municípios técnica e financeiramente na expansão e qualificação da oferta de visita domiciliar às famílias em situação de maior vulnerabilidade, de modo a fortalecer e ampliar a implementação do programa Criança Feliz e/ou outros programas locais;

- Apoiar os municípios técnica e financeiramente para ampliação e fortalecimento da proteção social e dos serviços e programas oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras);

- Priorizar mulheres mães de crianças de 0 a 6 anos nos programas estaduais de inclusão produtiva, como forma de diminuir a vulnerabilidade econômica e a exclusão social.

Para garantir o sucesso destas políticas para a Primeira Infância é fundamental fortalecer aspectos importantes para viabilizar e impulsionar as ações de Primeira Infância no território. Destacamos as seguintes dimensões.

Orçamento: instituir mudanças na elaboração dos orçamentos públicos e no decorrer da execução orçamentária, aumentando a vinculação de recursos para gastos relacionados à Primeira Infância.

Integração de dados: criação de Sistema Informatizado da Primeira Infância, integrando bancos de dados de diversas áreas da administração pública.

Biografia



Fernando Luiz Abrucio

É professor e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (SP) desde 1995. Possui doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1995), graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1990), além de graduação incompleta em Comunicação Social com Habilitação em Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (1987-1989). Ganhador do Prêmio Moinho Santista de melhor cientista político brasileiro na categoria juventude (2001), ganhador do prêmio Lourival Gomes Machado, como melhor dissertação de mestrado do departamento de Ciência Política da USP (1998) e ganhador de dois prêmios ANPAD como melhor trabalho de Administração Pública do país (1998 e 2003). Foi Chefe do Departamento de Gestão Pública (GEP), entre 2018 e 2019. Ocupou o cargo de Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública de 2011 a 2017. Anteriormente, ocupou o cargo

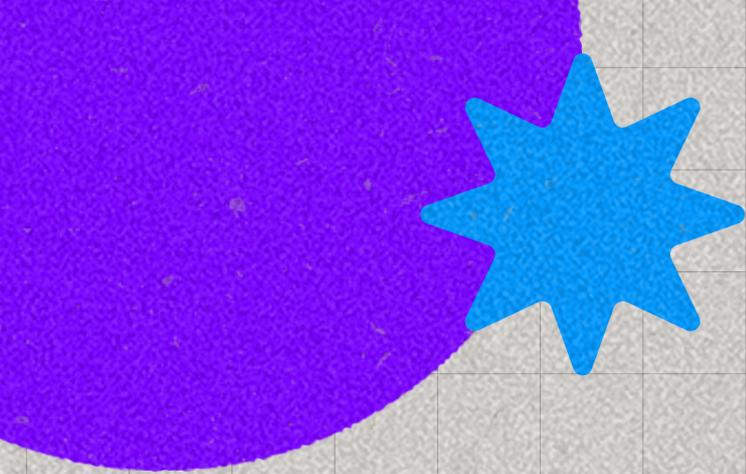
de Coordenador do Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo (2006 - 2010). Foi professor do Departamento de Política da PUC (SP), de 1996 a 2008, e vice-coordenador do curso de Relações Internacionais dessa mesma universidade. Desde 1993 ministrou cursos sobre Gestão Pública e Políticas Públicas na Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Trabalhou como colunista político do Jornal Valor Econômico S/A de 2000 a 2006 e voltou a ocupar essa função em 2013. Também foi articulista da Revista Época de 2007 a 2013, e hoje é apresentador do Programa Discuta, São Paulo, na rádio CBN. É um dos editores do Blog Gestão Pública & Sociedade no jornal Estado de S. Paulo. Coordenou o GT Poder Político e Controles Democráticos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, entre 2005 e 2006 e entre 2013 e 2015. Foi Secretário Adjunto da Associação Brasileira de Ciência Política (2001-2002) e exerceu o cargo de presidente da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Pública (ANEPCP) em 2015. No período de agosto de 2019 a fevereiro de 2020, atuou como pesquisador visitante no Massachusetts Institute Of Technology (MIT), Estados Unidos, estudando o tema das reformas educacionais. É consultor de governos e de ONGs no Brasil, bem como de Organismos Internacionais, tais como BID, PNUD, Banco Mundial, Agência de Cooperação Espanhola, Unesco e WWF. Já fez projetos de consultoria internacional em países da América Latina e

em Moçambique. Pesquisa temas nas áreas de Ciência Política, Administração Pública, Políticas Públicas e Política Comparada, com ênfase em questões relacionadas à Educação, às Relações Intergovernamentais e o Federalismo, bem como sobre Reforma do Estado e Gestão Pública.



*Gustavo Andrey de
Almeida Lopes Fernandes*

Professor Assistente do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP, é Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo, tendo recebido por sua dissertação de mestrado a terceira colocação no Prêmio BNDES em 2008. Foi visiting scholar do Global Institute, King`s College London, University of London, tendo realizado pós-doutoramento em Harvard. Além disso, foi Diretor da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo entre 2008 e 2009, tendo participado de diversas comissões de concurso público, destacando-se o concurso para Substituto de Conselheiro. É pesquisador nas áreas de políticas públicas, especialmente, nos temas de educação e de desenvolvimento.



fundação podemos
política para todos

